

AUSTRAL/Re

Demonstrações Financeiras Intermediárias
Em 30 de junho de 2024

Austral Resseguradora S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias 30 de junho 2024

Sumário

Relatório da Administração	03
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	06
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	08
Balancos Patrimoniais.....	13
Demonstrações do Resultado	15
Demonstrações do Resultado Abrangente.....	16
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	17
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras Intermediárias.....	19

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Contexto Organizacional

A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 15 de maio de 2024, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de Financeira (FSR) para seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força "A-" (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) para "A-" (Excelente) do Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi destacada como estável.

Na avaliação da AM Best, o rating atual reflete a elevada força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como "strongest". O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos, os resultados positivos do período e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume.

Desempenho das Operações

A seguir os principais números e indicadores da Austral Resseguradora, nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	30/06/2024	30/06/2023	Variação	Variação(%)
Prêmios Emitidos Líquidos	1.212,0	1.101,8	110,2	10,0%
Prêmios Ganho	1.048,2	984,4	63,8	6,5%
Sinistros Ocorridos	(1.988,3)	(927,3)	(1.061,0)	114,4%
Despesas Administrativas	(19,8)	(32,2)	12,4	-38,5%
Resultado Financeiro	81,3	26,1	55,2	211,5%
Lucro líquido do semestre	27,7	15,4	12,3	79,9%
Lucro líquido do semestre (Sem evento RS)	48,8	15,4	33,4	217,0%
Patrimônio Líquido	405,9	381,5	24,3	6,4%
Índice de Despesas Administrativas	1,6%	2,9%	-1,3	p.p
Índice de Sinistralidade	189,7%	94,2%	95,5	p.p
Índice de Sinistralidade (Sem evento RS)	80,1%	94,2%	-14,1	p.p

Índice Combinado	103,4%	100,0%	3,3	p.p
Índice Combinado (Sem evento RS)	100,3%	100,0%	0,2	p.p

- **Prêmios**

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 1.212,0 milhões nos primeiros seis meses do exercício de 2024, representando um aumento de R\$ 110,2 milhões (10,0%) em relação ao mesmo período do exercício de 2023. Esse aumento se deu principalmente nos ramos Patrimonial, Aceitação Exterior e Transportes. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento quando comparados ao exercício anterior, alcançando o valor de R\$ 1.048,2 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 63,8 milhões (6,5%) em relação ao mesmo período do exercício de 2023.

- **Sinistralidade**

Em 2024, o índice de sinistralidade foi fortemente impactado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, atingindo 189,7% dos prêmios ganhos, contra 94,2% no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando-se este efeito, a sinistralidade de 2024 estaria no patamar de 80,1%, ou seja, refletindo uma redução de 14,1 p.p. no índice comparado com o mesmo período do ano anterior. Essa redução foi influenciada principalmente pelos ramos Automóvel e Riscos Financeiros e refletem o trabalho contínuo de melhoria nos processos de subscrição da companhia

- **Índice Combinado**

Com reflexo da sinistralidade, o índice combinado também foi impactado pelo evento das enchentes no Rio Grande do Sul, passando de 100,0% no ano de 2023 para 103,4% em 2024. Sem o efeito das enchentes, este índice fecharia 2024 praticamente em linha com 2023 (100,3%).

- **Despesas Administrativas**

A gestão eficiente dos custos, assim como monitoramentos constantes e um cuidadoso planejamento das ações realizadas continuam contribuindo para a maior eficiência de custos. Consequentemente refletimos uma redução no Índice de Despesas Administrativas de 1,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2023, atingindo um índice de 1,6% em 2024.

- **Resultado Financeiro e Solvência**

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 81,3 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2024 (R\$ 26,1 milhões em 30 de junho de 2023), aumento derivado, principalmente, do aumento das aplicações financeiras decorrente da geração de caixa e das posições denominadas em moedas estrangeiras da companhia.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

- **Lucro e Patrimônio Líquido**

Como consequência dos fatores mencionados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 27,7 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2024 (R\$ 15,4 milhões em 30 de junho de 2023). Sendo de suma importância destacar o impacto das enchentes no lucro líquido de cerca de R\$ 21,1 milhões. Sem este impacto, o Lucro Líquido do ano teria alcançado R\$ 48,8 milhões. O ROAE anualizado do primeiro semestre de 2024 foi 14,5% (25,6% ex-enchentes do RS), no ano de 2023 o ROAE anualizado do mesmo período foi 8,5% (6p.p. menor que 2024 e 17p.p. menor que 2024 ex-enchentes).

O patrimônio líquido da Companhia encerrou o primeiro semestre de 2024 em R\$ 405,9 milhões (R\$ 381,5 milhões no mesmo período de 2023).

Distribuição de Dividendos

A Companhia possui de acordo com o seu Estatuto Social uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Agradecimentos

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste semestre, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024.

Administração.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Resseguradora S.A. (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras intermediárias, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras intermediárias.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras intermediárias e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras intermediárias.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A., correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, devidamente auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024

Laenio Pereira dos Santos
Presidente

Jorge Augusto Hirs Saab
Membro

Elizabeth Vieira Valente Bartolo
Membro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Diretores e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas atuariais de contratos de resseguros e ativos de retrocessão

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, em 30 de junho de 2024, a Companhia possui saldos constituídos de provisões técnicas atuariais decorrentes dos contratos de resseguros e ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos, estimados com base em julgamento profissional realizado por parte da diretoria na definição das metodologias e premissas, tais como: sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, despesas relacionadas aos riscos assumidos, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

A avaliação dessas metodologias e premissas foi considerada o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos, da subjetividade e da complexidade do processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, à provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos e premissas atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas decorrentes dos contratos de resseguros e ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos firmados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (ii) a realização de testes de integridade, completude e consistência, em bases amostrais, das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas e dos respectivos ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos; (iii) a realização de cálculos independentes sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e semestre anteriores

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria em 26 de fevereiro de 2024 e 29 de agosto de 2023, respectivamente, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		5.543.414	3.437.874
Disponível		21.601	29.500
Aplicações financeiras	5	855.505	560.234
Créditos das operações com resseguros	7	1.434.449	1.175.343
Operações com seguradoras		1.180.938	983.658
Operações com resseguradoras		253.511	191.685
Ativos de resseguro e retrocessão	13	3.159.127	1.604.789
Títulos e créditos a receber	8	34.445	31.793
Títulos e créditos a receber		9.453	9.955
Créditos tributários e previdenciários		23.948	21.235
Outros créditos		1.044	603
Outros valores e bens		7.826	6.705
Despesas antecipadas		325	905
Custos de aquisição diferidos	9	30.136	28.605
Não circulante		573.798	714.312
Realizável a longo prazo		556.558	696.713
Aplicações financeiras	5	370.941	516.785
Créditos das operações com resseguros	7	22.576	19.945
Operações com seguradoras		21.749	19.945
Operações com resseguradoras		827	-
Ativos de resseguro e retrocessão	13	107.122	97.914
Títulos e créditos a receber	8	41.845	50.383
Outros valores e bens		9.856	8.128
Custos de aquisição diferidos	9	4.218	3.558
Imobilizado		983	1.136
Intangível	10	16.257	16.463
Total do ativo		6.117.212	4.152.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		5.490.963	3.570.470
Contas a pagar		6.400	26.872
Obrigações a pagar		2.066	21.848
Impostos e encargos sociais a recolher		962	3.236
Encargos trabalhistas		2.097	1.719
Impostos e contribuições		1.275	69
Débitos das operações com resseguros		1.055.005	814.265
Prêmio a restituir		11.537	9.662
Operações com seguradoras		9.218	7.568
Operações com resseguradoras	11	991.920	756.161
Corretores de seguros e resseguros		38.592	35.043
Outros débitos operacionais		3.738	5.831
Depósito de terceiros	12	50.281	75.170
Provisões técnicas	13	4.377.983	2.652.684
Outros débitos		1.294	1.479
Débitos diversos		1.294	1.479
Não circulante		220.369	198.187
Contas a pagar		-	87
Obrigações a pagar		-	87
Débitos das operações com resseguros		13.068	12.911
Operações com resseguradoras	11	12.403	12.159
Corretores de seguros e resseguros		665	752
Provisões técnicas	13	197.582	177.481
Outros débitos		9.719	7.708
Patrimônio líquido	16	405.880	383.529
Capital social		338.669	338.669
Reserva de capital		5.703	5.624
Reserva de lucros		44.288	44.288
Ajuste de avaliação patrimonial		(10.222)	(5.052)
Lucros acumulados		27.442	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.117.212	4.152.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações - em reais)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Prêmios emitidos		1.212.001	1.101.822
Variações das provisões técnicas		(163.842)	(117.402)
Prêmios ganhos	21/22.a	1.048.159	984.420
Sinistros ocorridos	22.b	(1.988.282)	(927.326)
Custos de aquisição	22.c	(29.138)	(20.811)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(27.586)	(12.499)
Resultado com retrocessão	22.e	999.394	24.085
Despesas administrativas	22.f	(19.791)	(32.213)
Despesas com tributos	22.g	(18.029)	(15.959)
Resultado financeiro	22.h	81.307	26.097
Receitas financeiras		244.605	171.355
Despesas financeiras		(163.298)	(145.258)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		46.034	25.794
Imposto de renda	19	(11.524)	(6.473)
Contribuição social	19	(6.941)	(3.904)
Participações sobre o lucro		143	-
(=) Lucro líquido do semestre		27.712	15.417
Quantidade de ações		313.597.651	313.597.651
Lucro por ações - em reais	20	0,0884	0,0492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro líquido do semestre		27.712	15.417
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Varição do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5.c	(8.607)	8.285
Redução ao valor recuperável (RVR) - títulos e valores mobiliários		(5)	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b.1	3.443	(3.314)
Total de resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos		(5.169)	4.971
Total de resultados abrangentes do semestre		22.543	20.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	338.669	4.934	3.102	26.620	(12.637)	-	360.688
Ganho não realizado nos títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	4.971	-	4.971
Incentivo baseado em ações	-	434	-	23	-	-	457
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	15.417	15.417
Saldos em 30 de junho de 2023	338.669	5.368	3.102	26.643	(7.666)	15.417	381.533
Saldos em 31 de dezembro de 2023	338.669	5.624	4.573	39.715	(5.052)	-	383.529
Adoção Inicial da redução ao valor recuperável (RVR)	-	-	-	-	-	(270)	(270)
Perda não realizado nos títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(5.164)	-	(5.164)
Redução ao valor recuperável (RVR) - títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Incentivo baseado em ações	-	78	-	-	-	-	78
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	27.712	27.712
Saldos em 30 de junho de 2024	338.669	5.702	4.573	39.715	(10.221)	27.442	405.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	27.713	15.417
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.357	1.786
Perda por redução ao valor recuperável	1.532	333
Provisões técnicas líquidas de ativos de retrocessão	748.416	737.664
Outros ajustes	12.649	2.533
	<u>792.667</u>	<u>757.733</u>
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(154.868)	(100.535)
Créditos das operações com resseguros	(264.438)	(156.095)
Títulos e créditos a receber	502	2.060
Custos de aquisição diferidos	(2.191)	(540)
Impostos e contribuições	(6.155)	(230)
Outros créditos	(980)	225
Débitos de operações com resseguros	242.250	170.819
Contas a pagar	3.999	876
Depósitos de terceiros	(24.889)	(6.746)
Sinistros pagos	(566.747)	(662.736)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.697)	(9.488)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	<u>9.453</u>	<u>(4.657)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(77)	(91)
Aquisição de intangível	(1.079)	(1.256)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(1.156)</u>	<u>(1.347)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(14.861)	-
Arrendamentos	(1.335)	(1.010)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(16.196)</u>	<u>(1.010)</u>
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.899)</u>	<u>(7.014)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	29.500	33.368
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	21.601	26.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguros, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia é controlada pela Austral Participações S.A., a qual é detentora da totalidade das ações.

Adicionalmente, a Companhia atende a todos os requisitos regulatórios de suficiência de capital, garantia das provisões técnicas e liquidez.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional com foco na América Latina, onde conta com seu escritório em Bogotá, Colômbia.

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco, cedendo a outro uma parte da exposição e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro atua na diluição dos riscos, sendo uma ferramenta essencial para a manutenção da solvência das seguradoras quando na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos:

- **Contrato Automático** – São operações de resseguro nas quais a cedente repassa ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a seguradora subscrevê-las de forma automática de acordo com as condições, proporções e prazos previamente estabelecidos entre as partes.
- **Resseguro Facultativo** – São operações de resseguro nas quais a cedente repassa ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual.

Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de danos, mas também com alguns contratos de *stop loss*).

As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir:

i. Patrimonial (*property e engenharia*)

Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina.

ii. *Marine & Energy*

O Seguro Marítimo ("*Marine*") tem por finalidade garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres.

O Seguro de Riscos de Petróleo ("*Energy*") garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra ("*onshore*") e no mar ("*offshore*").

iii. Responsabilidade Civil (*Casualty*)

As principais linhas consideradas nesse segmento são: Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil Proporcional – E&O e D&O.

O seguro de Responsabilidade Civil garante ao segurado, responsável por danos causados a terceiros, o pagamento e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos.

iv. Garantia (*Surety Bonds*)

O Seguro Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado.

A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são Garantia Judicial (principalmente no Brasil), Garantia de Performance e Fiança Locatícia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

v. Automóvel

A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório.

vi. Aeronáutico

Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, a qual, acreditamos, detém *expertise* e histórico no segmento.

vii. Outras linhas de Property & Casualty

Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão.

viii. Pessoas (Vida e Acidentes Pessoais)

Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos).

A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas.

Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: Seguro de Vida, Seguro Funeral, Seguro de Acidentes Pessoais, Seguro Educacional, Seguro Prestamista, Seguro de Diária por Internação Hospitalar e Seguro Desemprego (perda de renda).

Os Seguros de Pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras Intermediárias

As demonstrações financeiras Intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas alterações, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras Intermediárias foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de agosto de 2024.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras Intermediárias estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes mensurados pelo valor justo (nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do período. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do período.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou os requerimentos contidos na circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, que entre outras providências, aprovou a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 48 - Instrumentos Financeiros, em substituição ao CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, com algumas adaptações.

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

As mudanças trazidas pela Circular nº 678 e consequente adoção do CPC 48, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, quanto a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (RVR) de ativos financeiros e, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, não impactaram materialmente o patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Em conformidade com o CPC 48, a Companhia optou em não rerepresentar os períodos anteriores em relação à (i) classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e (iii) modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. As diferenças nos ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2024. .

A seguir são apresentadas cada uma das principais mudanças trazidas com os requerimentos:

Mensuração de perdas de crédito esperadas

O modelo estabelecido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que é baseado nas perdas de crédito incorridas.

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência da contraparte, uma vez apurados os históricos de perdas observadas e o rating atribuído pelas agências de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Como mencionado anteriormente, as principais alterações em relação a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis introduzidas pela Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, dizem respeito à rubrica de Prêmios a receber e Provisão de prêmios não ganhos de resseguro, onde:

(a) A redução ao valor recuperável (RVR) de Prêmios a receber deverá ser constituída:

- Preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
- A partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.

(b) A redução ao valor recuperável (RVR) da Provisão de prêmios não ganhos de resseguro deverá ser constituída se:

- Houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e
- O impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador pode ser mensurado de forma confiável.

Com exceção da conta de Provisão de prêmios não ganhos, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, o qual deverá considerar, no mínimo:

- O histórico de perdas com o ressegurador;
- Análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- Eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

A Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, estabelece que a partir de 2024, o estudo técnico para a avaliação da redução ao valor recuperável passa a ser exigido para todas as supervisionadas.

Classificação dos instrumentos financeiros

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado, com o resultado líquido, incluindo juros, reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado

A nota explicativa 3 contém informações adicionais sobre as principais políticas contábeis referentes ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao IFRS 9 *Financial Instruments*) e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir:

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda. e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. Os valores de mercado dos fundos listados em carteira foram obtidos a partir dos preços negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e

retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de resseguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição de risco, carteira ou negócios, sendo registrados no curto e longo prazos dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento destes ativos junto aos retrocessionários.

Os passivos projetados para serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguros e retrocessão.

Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão, e de acordo com os termos e condições de cada contrato de retrocessão.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente e, no mínimo, a cada data de reporte, com base em estudo específico, em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

A Companhia utilizou as normativas e orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros e retrocessão.

3.5. Salvados e ressarcimentos

Para as operações de resseguros, os valores de salvados e ressarcimentos efetivos e estimados são reconhecidos no balanço conforme os dados fornecidos diretamente pela cedente. A estimativa é contabilizada como um redutor das provisões de sinistros e reflete exclusivamente a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos de sinistros ainda não pagos.

Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em *softwares* de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a Companhia é requerida a proceder ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ágio para determinar se houve perda no seu valor recuperável. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

3.8. Provisões técnicas de contratos de resseguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e CPC 11 - Contratos de Seguro.

As metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

Provisão constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer dos contratos de resseguros, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, incluindo a estimativa para contratos vigentes e não emitidos

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utiliza-se metodologia *pro-rata die*, consideradas as especificidades de cada risco a respeito do tipo de contrato e vigência correspondente. A apuração da parcela de PPNG considera as normas e orientações da SUSEP, uma vez obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A estimativa da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos de contratos facultativos e não proporcionais é realizada a partir da utilização das taxas históricas de atraso verificadas na carteira, avaliadas por agrupamento de risco.

Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, o diferimento é aplicado sobre os valores de prêmios estimados

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

estabelecidos no início do contrato conforme estimativas acordadas em contrato com a cedente, e posteriormente substituídos pelos valores de prêmios efetivos conforme prestações de contas técnicas.

- **Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais avisados e não pagos, considerando suas posições mais recentes conforme valores informados pela cedente. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão de IBNR global utilizando metodologia de triângulo de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson* ou de sinistralidade esperada, e analisa a aderência da estimativa via testes de consistências mensais.

A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

Provisão constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- **Provisão de excedente técnico – PET**

A provisão de excedente técnico tem como objetivo estimar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, *no claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Semestralmente, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais às

parcelas do passivo para a obtenção da melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados.

As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – evolução das taxas pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela SUSEP.

Uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas em que a Companhia opera, a Companhia utilizou curvas alternativas para as moedas em que apresenta ativos financeiros investidos.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira e resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise histórica da carteira, considerados os fluxos de despesas administrativas necessários para a manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

O resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Dessa forma, a comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, contra o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento

jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

3.12. Impostos e contribuições

- **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência das diferenças temporárias, levando-se em consideração a expectativa da Administração sobre a existência de resultados tributáveis futuros para que as diferenças temporárias sejam realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

- **Reforma tributária**

Em dezembro de 2023, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132/2023, também conhecida como Reforma Tributária sobre o Consumo, a qual altera, substancialmente, a atual forma de tributação de bens e serviços, substituindo os atuais tributos indiretos pela sistemática do

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na modalidade dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação de um Imposto Seletivo (IS).

Por meio da referida Emenda Constitucional, foram definidas as diretrizes gerais do sistema tributário nacional. Para o avanço da Reforma Tributária, faz-se necessária a discussão e aprovação das leis complementares e normatização da matéria. Considerando a etapa atual da reforma, que ainda carece de regulamentação, não é possível estimar os seus impactos. A Companhia continua acompanhando a matéria.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A Companhia avalia periodicamente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, ressarcimentos e sinistros a recuperar através de uma análise individualizada dos contratos vencidos acima de 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos da contraparte, a qualidade do seu score de crédito e informações fornecidos pelas cedentes, histórico de perdas e provisões de sinistros a liquidar que possibilitem compensação de contas. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito baseada no rating, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. O montante da redução ao valor recuperável é reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

- **Ativos de retrocessão**

Alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia, sua carteira de riscos é suportada por contratos de retrocessão automáticos e facultativos.

A metodologia utilizada no cálculo da redução ao valor recuperável das contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador consiste no valor esperado da perda da exposição por data-base, segregada por ressegurador, levando em consideração não somente os aspectos quantitativos da avaliação do risco de inadimplência, mas também os aspectos qualitativos inerentes das operações as quais a Companhia está exposta. A análise do risco de crédito com o ressegurador é feita na sua maior parte pela análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador. As principais variáveis consideradas foram as seguintes: Exposição, Probabilidade de Perda (*Default*) e *Loss Given Default* (LGD).

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

Os prêmios de resseguros são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência e emissão dos contratos.

Os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é reconhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da sua aceitação, salvo quando é divulgada alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo interno elaborado. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados e reconhecidos de acordo com a vigência do risco e características do contrato de retrocessão e dos riscos de resseguro inseridos nesses contratos.

O prêmio ganho refere-se a diferença entre os prêmios emitidos e as variações de reserva de PPNG no período.

- **Sinistros**

Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem o montante total de indenizações ocorridas e as despesas referentes a sua regulação e liquidação.

A parcela de sinistros ocorridos contempla os sinistros avisados no período (pagos e pendentes), e a variação na estimativa de sinistros que já ocorreram, mas ainda não foram reportados à Companhia.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes (nota 5);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (nota 4 e 13);
- Créditos tributários (nota 8);
- Custos de aquisição diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos (nota 8);
- Provisões judiciais (nota 15); e
- Redução valor recuperável (RVR) - perda esperada (nota 2.3).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido, e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o período.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o semestre findo em 30 de junho 2024:

- CPC 50 - Contratos de Seguros (equivalente ao IFRS 17 *Insurance Contracts*)

O CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O CPC 50 foi aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023.

O CPC 50 será aplicável à Companhia quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do CPC 50.

A norma a seguir não deverá ter um impacto material nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2)

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO* e *Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são (i); avaliação de riscos; (ii) atividades de controle; (iii) atividades de monitoramento; e (iv) informação e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos – IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco está diretamente relacionada aos objetivos da Companhia, sendo esta construída em linha com as estratégias de negócios, a definição de seus controles operacionais internos e a busca da excelência na gestão empresarial.

Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

Região	30/06/2024	30/06/2023
Internacional	1.083	637
América Latina (ex. Brasil)	242.879	150.073
Brasil	1.142.912	1.078.100
Total (*)	1.386.874	1.228.810

* Montantes brutos de comissão e sem RVNE.

a) Gestão de risco de subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, a Companhia mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada linha de negócio em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e,

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição.

A Companhia subscreve riscos, considerando os fatores técnicos de cada contrato e linha de negócio. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de frequência e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o período em questão, foi utilizada a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

	30/06/2024		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	405.880	271.668	(134.212)
Lucro líquido do semestre	27.712	(106.500)	(134.212)
Impacto (%) no resultado do semestre			(484,3%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(33,1%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	405.880	380.478	(25.402)
Lucro líquido do semestre	27.712	2.310	(25.402)
Impacto (%) no resultado do semestre			(91,7%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(6,3%)
30/06/2023			
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	381.533	327.154	(54.379)
Lucro líquido do semestre	15.417	(38.962)	(54.379)
Impacto (%) no resultado do semestre			(352,7%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(14,3%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	381.533	354.399	(27.134)
Lucro líquido do semestre	15.417	(11.717)	(27.134)
Impacto (%) no resultado do semestre			(176,0%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(7,1%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia, se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% e 99%, nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além disso, a Companhia realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,26% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2024 (0,12% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$3.178. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,34% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2024 (0,22% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$4.157.

	30/06/2024		31/12/2023	
	Histórico	Impacto	Histórico	Impacto
VaR 95%	(0,26%)	(3.178)	(0,12%)	(893)
VaR 99%	(0,34%)	(4.157)	(0,22%)	(1.638)

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda 0,26% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2024 (0,13% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$3.178. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,38% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2024 (0,20% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$4.646.

	30/06/2024		31/12/2023	
	Paramétrico	Impacto	Paramétrico	Impacto
VaR 95%	(0,26%)	(3.178)	(0,13%)	(968)
VaR 99%	(0,38%)	(4.646)	(0,20%)	(1.489)

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenário estressado da taxa de juros básica da economia, a SELIC e a taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 25% e 50% da taxa SELIC, além de variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da curva implícita dos títulos indexados à inflação):

- i. Cenário base: taxa de juros SELIC de 10,40% em 30 de junho de 2024;
- ii. Cenário provável: taxa de juros SELIC de 10% estimada para 30 de junho de 2025* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2024;
- iii. Cenário I: redução de 50%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 5,20%);
- iv. Cenário II: redução de 25%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 7,80%);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 13,00%); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 15,60%).

Cenário	Choque	30/06/2024
		Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	(3,8%)	1,4MM
I	(50,0%)	18,5MM
II	(25,0%)	9,3MM
III	25,0%	(9,3MM)
IV	50,0%	(18,5MM)

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 30/06/2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

30/06/2024		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
I	(200 bps)	12,2MM
II	(100 bps)	6,1MM
III	100 bps	(6,1MM)
IV	200 bps	(12,2MM)

30/06/2023		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
I	(200 bps)	16,9MM
II	(100 bps)	8,5MM
III	100 bps	(8,5MM)
IV	200 bps	(16,9MM)

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 30/06/2024 e 30/06/2023.

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	30/06/2024							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	
Disponível	21.601	-	-	-	-	-	-	21.601
Mensurados a valor justo por meio de resultado								
Privados	46.967	-	-	-	-	-	-	46.967
Públicos	331.929	-	-	-	-	-	-	331.929
Exterior	149.920	-	-	-	-	-	-	149.920
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Privados	57.585	-	-	-	-	-	-	57.585
Públicos	363.807	-	-	-	-	-	-	363.807
Exterior	276.238	-	-	-	-	-	-	276.238
Créditos das operações com resseguros (*)	1.330.472	19.330	14.672	29.923	18.981	18.326	38.516	1.470.220
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	2.578.519	19.330	14.672	29.923	18.981	18.326	38.516	2.718.267

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2023							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	
Disponível	29.500	-	-	-	-	-	-	29.500
Mensurados a valor justo por meio de resultado								
Privados	38.195	-	-	-	-	-	-	38.195
Públicos	374.727	-	-	-	-	-	-	374.727
Exterior	116.012	-	-	-	-	-	-	116.012
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Privados	38.762	-	-	-	-	-	-	38.762
Públicos	288.546	-	-	-	-	-	-	288.546
Exterior	220.777	-	-	-	-	-	-	220.777
Créditos das operações com resseguros (*)	1.098.255	19.891	6.978	18.546	10.602	21.851	30.201	1.206.324
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	2.204.774	19.891	6.978	18.546	10.602	21.851	30.201	2.312.843

*Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

A tabela a seguir apresenta o risco de crédito nas operações de retrocessão cedida a que a Companhia está exposta segregada pela classificação de rating da Standard & Poor's, AM Best, Moody's e Fitch. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A classificação dessa exposição é dada de acordo com o melhor nivelamento por rating, seguindo a tabela apresentada a seguir.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	30/06/2024		31/12/2023	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	7.803	0,2	5.188	0,3
AA+	Aa1	AA+	A+	1.741.637	56,8	612.944	39,5
AA	Aa2	AA	A+	20.766	0,7	16.999	1,1
AA-	Aa3	AA-	A+	451.384	14,7	286.307	18,5
A+	A1	A+	A	677.137	22,1	564.898	36,4
A	A2	A	A-	74.177	2,4	52.216	3,4
A-	A3	A-	A-	23.376	0,8	11.627	0,8
BBB+	Baa1	BBB+	B++	71.570	2,3	-	-
Total				3.067.850	100,0	1.550.179	100,0

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente, a Companhia possui 96,4% (96,5% em 31 de dezembro de 2023) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 2,2% (0,7% em 31 de dezembro de 2023) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 1,6% (2,8% em 31 de dezembro de 2023) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Ativos e passivos	30/06/2024					
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva / Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	21.601	-	-	-	-	21.601
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	512.295	16.521	528.816	528.736	80	528.816
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (*)	697.630	-	697.713	718.223	(20.510)	697.630
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.434.449	22.576	-	-	-	1.457.025
Títulos e créditos a receber	34.445	41.845	-	-	-	76.290
Outros valores e bens	7.826	9.856	-	-	-	17.682
Total de ativos	2.708.246	90.798	1.226.529	1.246.959	(20.430)	2.799.044

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Contas a pagar	6.400	-	-	-	-	6.400
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.218.856	90.460	-	-	-	1.309.316
Depósito de terceiros	50.281	-	-	-	-	50.281
Débito das operações de seguros e resseguros	1.055.005	13.068	-	-	-	1.068.073
Outros débitos	1.294	9.719	-	-	-	11.013
Total de passivos	2.331.836	113.247	-	-	-	2.445.083

(*) O valor contábil é o valor de mercado deduzido da redução valor recuperável - RVR de R\$ 83.

Ativos e passivos	31/12/2023					
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva / Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	29.500	-	-	-	-	29.500
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	519.838	9.096	528.934	528.910	24	528.934
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	548.085	-	548.085	559.988	(11.903)	548.085
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.175.343	19.945	-	-	-	1.195.288
Títulos e créditos a receber	31.793	50.383	-	-	-	82.176
Outros valores e bens	6.705	8.128	-	-	-	14.833
Total de ativos	2.311.264	87.552	1.077.019	1.088.898	(11.879)	2.398.816
Contas a pagar	26.872	-	-	-	-	26.872
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.047.895	79.567	-	-	-	1.127.462
Depósito de terceiros	75.170	-	-	-	-	75.170
Débito das operações de seguros e resseguros	814.265	12.911	-	-	-	827.176
Outros débitos	1.479	7.708	-	-	-	9.187
Total de passivos	1.965.681	100.186	-	-	-	2.065.867

4) Risco cambial

A Companhia opera carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,56 em 30 de junho de 2024;
- Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,16 estimada para 30 de junho de 2025 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2024;
- Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,78);
- Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 4,17);
- Cenário III: aumento de 25,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,95); e
- Cenário IV: aumento de 50,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 8,34).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

30/06/2024		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(7,2%)	(30,3MM)
I	(50,0%)	(211,1MM)
II	(25,0%)	(105,5MM)
III	25,0%	105,5MM
IV	50,0%	211,1MM

30/06/2023		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(4,3%)	(11,8MM)
I	(50,0%)	(138,7MM)
II	(25,0%)	(69,3MM)
III	25,0%	69,3MM
IV	50,0%	138,7MM

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30/06/2024										
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado	Valor contábil (*)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	46.967	224.123	257.726	-	528.816	528.816	528.736	43,1%	42,4%
Certificado de depósito no exterior	10,7%	-	149.920	-	-	149.920	149.920	149.920	12,2%	12,0%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	46.967	-	-	-	46.967	46.967	46.967	3,8%	3,8%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA + 3,73%	-	126.516	544.413	26.784	697.713	697.630	718.223	56,9%	57,6%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	9,70%	-	50.190	-	-	50.190	50.190	50.409	19,2%	20,3%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11,51%	-	-	77.759	-	77.759	77.759	79.008	4,1%	4,0%
Debentures	CDI + 1,47%	-	260	42.131	10.632	53.023	52.945	53.126	6,3%	6,3%
Letra financeira - LF	107,20% do CDI	-	-	4.640	-	4.640	4.640	4.613	4,3%	4,3%
Títulos públicos no exterior	CDI + 0,92%	-	-	-	-	-	-	-	0,4%	0,4%
Títulos privados no exterior	2,88%	-	-	200.177	-	200.177	200.177	201.789	16,3%	16,2%
Total	4,65%	-	76.066	-	-	76.066	76.061	75.953	6,2%	6,1%
		46.967	350.639	802.139	26.784	1.226.529	1.226.446	1.246.959	100,0%	100,0%

(*) O valor contábil é o valor de mercado deduzido da redução valor recuperável - RVR de R\$ 83.

31/12/2023										
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	38.195	246.950	242.713	1.076	528.934	528.934	528.910	49,1%	48,6%
Certificado de depósito no exterior	9,26%	-	130.938	242.713	1.076	374.727	374.727	374.703	34,8%	34,4%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	116.012	-	-	116.012	116.012	116.012	10,8%	10,7%
		38.195	-	-	-	38.195	38.195	38.195	3,5%	3,5%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados

abrangentes:											
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	31.300	491.422	25.363	548.085	548.085	559.988	50,9%	51,4%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	PRÉ	-	-	220.201	17.910	238.111	238.111	248.875	22,1%	22,9%	
Debentures	CDI+	-	2.387	26.814	7.453	36.654	36.654	36.994	3,4%	3,4%	
Letra financeira - LF	CDI+	-	-	2.108	-	2.108	2.108	2.109	0,2%	0,2%	
Títulos públicos no exterior	2,88%	-	-	126.034	-	126.034	126.034	126.647	11,7%	11,6%	
Títulos privados no exterior	4,26%	-	28.913	65.830	-	94.743	94.743	94.852	8,8%	8,7%	
Total			38.195	278.250	734.135	26.439	1.077.019	1.077.019	1.088.898	100,0%	100,0%

(i). Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos a saber: Fundo de crédito privado no valor de R\$20.021 (R\$29.915 em 31 de dezembro de 2023), Fundo de investimento em participações no valor de R\$10.767 (R\$31.492 em 31 de dezembro de 2023), Fundos Multimercados no valor de R\$10.421 (R\$ 10.274 em 31 de dezembro de 2023 e Fundo Imobiliário no valor de R\$5.754 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, como segue:

- **Nível 01:** Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de Companhias brasileiras emitidos no Exterior; e
- **Nível 02:** Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

	30/06/2024			31/12/2023		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	41.213	41.213	-	38.195	38.195
Quotas de fundos imobiliários	5.754	-	5.754	-	-	-
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	149.920	149.920	-	116.012	116.012
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	331.929	-	331.929	374.727	-	374.727

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Títulos de renda fixa – privados:

Debêntures	-	52.945	52.945	-	36.654	36.654
Letra Financeira	-	4.640	4.640	-	2.108	2.108
Títulos privados no exterior	76.061	-	76.061	94.743	-	94.743
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	235.858	-	235.858	238.111	-	238.111
Notas do tesouro nacional - NTN-F	50.190	-	50.190	50.435	-	50.435
Letras do Tesouro Nacional - LTN	77.759	-	77.759	-	-	-
Títulos públicos no exterior	200.177	-	200.177	126.034	-	126.034
Total	977.728	248.718	1.226.446	884.050	192.969	1.077.019

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	278.754	499.567	778.321
(+) Aplicações	1.508.838	196.843	1.705.681
(-) Resgates	(1.308.555)	(189.090)	(1.497.645)
(+) Rendimentos	46.729	36.777	83.506
(+/-) Variação cambial	3.017	(8.653)	(5.636)
(+/-) Ajuste ao valor justo	151	12.641	12.792
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	528.934	548.085	1.077.019
(+) Aplicações	704.814	153.228	858.042
(-) Resgates	(747.530)	(52.662)	(800.192)
(+) Rendimentos	29.601	23.508	53.109
(+/-) Oscilação cambial	13.401	34.161	47.562
(+/-) Ajuste ao valor justo	(404)	(8.607)	(9.011)
(+/-) Redução de valor recuperável	-	(83)	(83)
Saldo final em 30 de junho de 2024	528.816	697.630	1.226.446

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
		30/06/2024	30/06/2024
Contratos futuros			
Compromisso de Compra			
Taxa de câmbio - dólar futuro WDO	01/08/2024	561	-
Taxa de câmbio - pesos mexicanos futuros MEX	01/08/2024	(36.376)	-
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/08/2024	1.401	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
		31/12/2023	31/12/2023
Contratos futuros			
Compromisso de Compra			
Taxa de câmbio - dólar futuro WDO	01/02/2024	487	-
Taxa de câmbio - pesos mexicanos futuros MEX	01/02/2024	29.306	-
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/02/2024	42.604	-

d.2) Margens dadas em garantia

30/06/2024			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2026	152	2.281
LFT	01/09/2027	163	2.438
LFT	01/09/2028	77	1.150
Total		392	5.869

31/12/2023			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2026	142	2.024
LFT	01/09/2027	163	2.315
LFT	01/09/2028	77	1.091
Total		382	5.430

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos	1.145.394	948.979
Provisão de sinistros a liquidar	1.855.528	1.088.602
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.555.114	770.750
Provisão de despesas relacionadas	208	8
Provisão de excedentes técnicos	19.321	21.826
Total das provisões técnicas	4.575.565	2.830.165

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Direitos creditórios	(666.082)	(531.103)
Custo de aquisição diferido redutores	(8.962)	(7.667)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(63)	(3)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(1.163.991)	(478.573)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(1.365.774)	(653.501)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(250.889)	(209.407)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(8.327)	(8.206)
Total das exclusões	(3.464.088)	(1.888.460)
Total das provisões técnicas para cobertura	1.111.477	941.705
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	323.393	365.115
Notas do tesouro nacional - NTN-B	235.858	238.112
Notas do tesouro nacional - NTN-F	50.190	50.435
Letras Tesouro Nacional - LTN	77.759	-
Letras Financeiras - LF	4.640	2.108
Quotas de fundos de investimentos	45.467	38.195
Títulos privados	53.023	36.654
Título público no exterior	200.177	126.034
Título privado no exterior	225.986	210.755
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	1.216.493	1.067.408
Ativos vinculados em excesso	105.016	125.703

7. Crédito das operações com resseguros

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prêmios a receber (a)	1.249.931	1.047.126
Recuperação de corretagem	135	139
Recuperação de prêmio de retrocessão	34.427	22.164
Recuperação de sinistro	169.994	124.865
Outros créditos a receber	2.538	994
Total	1.457.025	1.195.288
Total circulante	1.434.449	1.175.343
Total não circulante	22.576	19.945

a) *Aging* de prêmios a receber:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	180.629	127.507
De 31 a 60 dias	84.644	113.179
De 61 a 120 dias	85.398	105.746
De 121 a 180 dias	605.675	466.791
De 181 a 365 dias	144.456	116.925
Superior a 365 dias	22.576	19.945
Total de prêmios a vencer	1.123.378	950.093

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	19.330	19.891
De 31 a 60 dias	14.672	6.978
De 61 a 120 dias	29.923	18.546
De 121 a 180 dias	18.981	10.602
De 181 a 365 dias	18.326	21.851
Superior a 365 dias	38.516	30.201
Total de prêmios vencidos	139.748	108.069
Provisão para perda de valor recuperável	(13.195)	(11.036)
Total de prêmios a receber	1.249.931	1.047.126

b) Movimentação dos prêmios a receber:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.047.126	752.775
(+) Prêmios emitidos (*)	1.186.886	2.298.530
(+) Riscos vigentes não emitidos (*)	75.321	17.841
(-) Recebimentos	(1.057.243)	(2.020.284)
(-) Redução ao valor recuperável	(2.159)	(1.736)
Saldo final	1.249.931	1.047.126

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao período findo em 30 de junho de 2024, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 04 vezes, alinhado com o mercado ressegurador.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Austral considera um risco para o recebimento destes, conforme avaliação do risco de crédito avaliado de forma individualizada para cada cliente.

8. Títulos e créditos a receber

	30/06/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber	12.453	12.955
Ressarcimento a receber (a)	5.406	5.048
Participação nos lucros a receber	7.046	7.902
Outros	1	5
Créditos tributários e previdenciários (b)	62.794	68.618
Outros créditos	1.043	603
Total	76.290	82.176
Total circulante	34.445	31.793
Total não circulante	41.845	50.383

a) Aging de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u>Aging de permanência</u>	30/06/2024	31/12/2023
Patrimonial		
De 1 a 30 dias	3	-
De 61 a 120 dias	205	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Riscos financeiros		
Superior a 365 dias	33.618	33.618
Exterior		
De 181 a 365 dias	2.198	2.048
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(30.618)
Total do aging	<u>5.406</u>	<u>5.048</u>
Ressarcimentos	5.406	5.048

<u>Expectativa de realização</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimonial		
De 331 a 365 dias	208	-
Riscos financeiros		
Superior a 365 dias	33.618	33.618
Exterior		
De 181 a 365 dias	2.198	2.048
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(30.618)
Total do aging	<u>5.406</u>	<u>5.048</u>
Ressarcimentos	5.406	5.048

b) Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo os quadros com os débitos e créditos tributários e ativos fiscais diferidos pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributos e contribuições a compensar / recuperar (i)	15.561	12.960
Créditos tributários de PIS e COFINS (ii)	8.387	8.275
IR e CS diferidos (iii) (b.1)	38.846	47.383
Total	<u>62.794</u>	<u>68.618</u>
Total circulante	23.948	21.235
Total não circulante	38.846	47.383

- (i) Créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL; PIS, COFINS, IR, CSLL e CIDE pagos a maior e Imposto de Renda Retido em Negócios Aceitos no Exterior;
- (ii) Créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL e Provisão de Sinistros ocorridos e não avisados – IBNR; e
- (iii) Créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

b.1) Movimentação impostos diferidos:

	31/12/2023	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	30/06/2024
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	15.212	13.128	(18.867)	(9.182)	3.443	9.473
Ajuste a valor de mercado - VJR	(1.205)	-	(15.173)	(15.173)	-	(16.378)
Ajuste a valor de mercado - VJORA	4.818	3.633	(183)	7	3.443	8.268
Redução ao valor recuperável (RVR)	4.251	1.106	(493)	613	-	4.864
Stock options	2.248	32	-	32	-	2.280
Variação cambial	2.295	263	(169)	94	-	2.389
Participação nos lucros	2.841	-	(2.470)	(2.470)	-	371
Outras provisões	(338)	8.031	(367)	7.664	-	7.326
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	302	63	(12)	51	-	353
Impostos diferidos sobre base negativa (b.1.1):	32.171	1.371	(4.169)	(2.798)	-	29.373
Prejuízo fiscal - IRPJ	20.019	857	(2.606)	(1.749)	-	18.270
Base negativa - CSLL	12.152	514	(1.563)	(1.049)	-	11.103
Total	47.383	14.499	(23.036)	(11.980)	3.443	38.846

	31/12/2022	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	31/12/2023
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	12.479	35.194	(32.461)	7.789	(5.056)	15.212
Ajuste a valor de mercado - VJR	(7.922)	15.234	(8.517)	6.717	-	(1.205)
Ajuste a valor de mercado - VJORA	9.916	6.179	(11.277)	(42)	(5.056)	4.818
Redução ao valor recuperável (RVR)	3.308	2.924	(1.981)	943	-	4.251
Stock options	1.973	276	(1)	275	-	2.248
Variação cambial	597	2.673	(975)	1.698	-	2.295
Participação nos lucros	3.164	2.654	(2.977)	(323)	-	2.841
Outras provisões	1.282	5.107	(6.727)	(1.620)	-	(338)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	161	147	(6)	141	-	302
Impostos diferidos sobre base negativa:	37.465	2.656	(7.950)	(5.294)	-	32.171
Prejuízo fiscal - IRPJ	23.328	1.660	(4.969)	(3.309)	-	20.019
Base negativa - CSLL	14.137	996	(2.981)	(1.985)	-	12.152
Total	49.944	37.850	(40.411)	2.495	(5.056)	47.383

b.1.1) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL existentes em 30 de junho de 2024, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da Administração são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ano	IR	%	CSLL	%
2024	3.277	18%	1.967	18%
2025	4.972	27%	2.983	27%
2026	5.591	31%	3.355	30%
2027	4.430	24%	2.798	25%
Totais	18.270	100%	11.103	100%

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

Grupos / Ramos	30/06/2024	31/12/2023
Patrimonial	9.341	8.074
Riscos especiais	1	1
Responsabilidades	1.900	1.611
Transportes	2.892	1.826
Riscos financeiros	1.107	1.171
Pessoas coletivo	756	1.218
Rural	261	227
Marítimos	907	744
Aeronáuticos	5.245	5.586
Aceitações do exterior	10.365	10.575
Outros	1.579	1.130
Total	34.354	32.163
Total circulante	30.136	28.605
Total não circulante	4.218	3.558

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	31/12/2023	Constituição	Diferimento / Cancelamento	30/06/2024
Patrimonial	8.074	1.570	(303)	9.341
Riscos Especiais	1	-	-	1
Responsabilidades	1.611	423	(134)	1.900
Transportes	1.826	1.457	(391)	2.892
Riscos Financeiros	1.171	196	(260)	1.107
Pessoas Coletivo	1.218	92	(554)	756
Rural	227	111	(77)	261
Marítimos	744	310	(147)	907
Aeronáuticos	5.586	1.351	(1.692)	5.245
Aceitações do exterior	10.575	1.254	(1.464)	10.365
Outros	1.130	799	(350)	1.579
Total	32.163	7.563	(5.372)	34.354

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	Constituição	Diferimento / Cancelamento	31/12/2023
Patrimonial	6.468	3.137	(1.531)	8.074
Riscos Especiais	24	-	(23)	1
Responsabilidades	786	940	(115)	1.611
Transportes	1.498	2.381	(2.053)	1.826
Riscos Financeiros	903	421	(153)	1.171
Pessoas Coletivo	583	1.172	(537)	1.218
Rural	71	156	-	227
Marítimos	567	514	(337)	744
Aeronáuticos	4.900	2.226	(1.540)	5.586
Aceitações do exterior	7.170	5.468	(2.063)	10.575
Outros	1.198	1.037	(1.105)	1.130
Total	24.168	17.452	(9.457)	32.163

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2024
Licenças de software	20%	2.550	1.079	-	(1.285)	2.344
Ágio (i)		13.913	-	-	-	13.913
Total		16.463	1.079	-	(1.285)	16.257

	Taxa anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2023
Licenças de software	20%	1.786	2.893	19	(2.148)	2.550
Ágio (i)		13.913	-	-	-	13.913
Total		15.699	2.893	19	(2.148)	16.463

(i) refere-se ao ágio (*goodwill*) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros ocorrida em 29 de novembro de 2019.

11. Débitos das operações com resseguros

• Operações com resseguradoras

	30/06/2024	31/12/2023
Prêmios de retrocessão cedida	1.257.080	958.268
Comissão	(260.215)	(198.386)
Sinistros	33.096	33.096
Outros	9.095	8.860
Redução ao valor recuperável	(34.733)	(33.518)
Total	1.004.323	768.320
Total circulante	991.920	756.161
Total não circulante	12.403	12.159

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguros e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	30/06/2024	31/12/2023
De 1 a 30 dias	29.192	49.653
De 31 a 60 dias	3.442	14.024
De 61 a 120 dias	4.827	3.804
De 121 a 180 dias	5.838	2.457
De 181 a 365 dias	3.797	243
Superior a 365 dias	3.185	4.989
Total	50.281	75.170

13. Provisões técnicas

a) Composição das provisões técnicas

	30/06/2024			31/12/2023		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de Sinistros						
Provisão de sinistros a liquidar	1.855.528	(1.365.774)	489.754	1.088.602	(653.501)	435.101
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.555.114	(1.166.003)	389.111	770.750	(480.899)	289.851
Provisão de despesas relacionadas	208	(63)	145	8	(3)	5
Total	3.410.850	(2.531.840)	879.010	1.859.360	(1.134.403)	724.957
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	1.145.394	(726.082)	419.312	948.979	(560.094)	388.885
Provisão de excedente técnico	19.321	(8.327)	10.994	21.826	(8.206)	13.620
Total	1.164.715	(734.409)	430.306	970.805	(568.300)	402.505
Total das provisões	4.575.565	(3.266.249)	1.309.316	2.830.165	(1.702.703)	1.127.462
Total circulante	4.377.983	(3.159.127)	1.218.856	2.652.684	(1.604.789)	1.047.895
Total não circulante	197.582	(107.122)	90.460	177.481	(97.914)	79.567

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	30/06/2024			31/12/2023		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	1.088.602	(653.501)	435.101	763.731	(451.544)	312.187
Sinistros ocorridos	1.278.404	(913.680)	364.724	1.529.660	(603.271)	926.389
Sinistros pagos	(566.747)	237.057	(329.690)	(1.190.469)	405.429	(785.040)
Variação cambial	55.279	(35.854)	19.425	(14.320)	(4.114)	(18.434)
Atualização monetária	(10)	-	(10)	-	(1)	(1)
Redução valor recuperável	-	204	204	-	-	-
No final do semestre	1.855.528	(1.365.774)	489.754	1.088.602	(653.501)	435.101

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Desenvolvimento da provisão de IBNR

Em 1º de janeiro	770.750	(480.899)	289.851	520.166	(287.484)	232.682
Varição do IBNR	784.364	(685.278)	99.086	250.584	(193.415)	57.169
Redução valor recuperável	-	174	174	-	-	-
No final do semestre	1.555.114	(1.166.003)	389.111	770.750	(480.899)	289.851

Desenvolvimento da provisão de PDR

Em 1º de janeiro	8	(3)	5	8	(2)	6
Varição do PDR	200	(60)	140	-	(1)	(1)
No final do semestre	208	(63)	145	8	(3)	5

Desenvolvimento das provisões de prêmios – PPNG

Em 1º de janeiro	948.979	(560.094)	388.885	646.288	(359.765)	286.523
Prêmios emitidos	1.212.001	(685.770)	526.231	2.322.038	(1.107.821)	1.214.217
Prêmio ganho	(1.045.654)	533.947	(511.707)	(2.022.370)	905.811	(1.116.559)
Varição cambial	30.068	(14.165)	15.903	3.023	1.681	4.704
No final do semestre	1.145.394	(726.082)	419.312	948.979	(560.094)	388.885

Desenvolvimento das provisões de prêmios – PET

Em 1º de janeiro	21.826	(8.206)	13.620	15.554	(6.038)	9.516
Varição do Excedente Técnico	(2.505)	(121)	(2.626)	6.272	(2.168)	4.104
No final do semestre	19.321	(8.327)	10.994	21.826	(8.206)	13.620

Total de provisões técnicas

	4.575.565	(3.266.249)	1.309.316	2.830.165	(1.702.703)	1.127.462
--	-----------	-------------	-----------	-----------	-------------	-----------

14. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir, apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, na data base de 30 de junho de 2024.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Ano de aviso	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano de subscrição	139.197	218.685	802.456	751.588	212.758	2.124.684
Um ano após o ano de subscrição	436.362	446.495	1.408.822	959.466	-	3.251.144
Dois anos após o ano de subscrição	516.642	569.739	2.240.515	-	-	3.326.897
Três anos após o ano de subscrição	554.649	577.748	-	-	-	1.132.397
Quatro anos após o ano de subscrição	559.219	-	-	-	-	559.219
Total	559.219	577.748	2.240.515	959.466	212.758	4.549.706

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Pagamentos	465.823	450.860	1.159.741	721.723	180.651	2.978.798

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Posição em 30/06/2024	1.570.908
Passivo em relação a anos anteriores a 2020	291.275
Expectativa de salvados/ressarcimento	(6.655)
Posição ajustada PSL	1.855.528

Ano de aviso	2019	2020	2021	2022	2023	Total
No ano de subscrição	105.899	109.465	182.301	620.906	735.679	1.754.250
Um ano após o ano de subscrição	381.094	182.051	152.252	763.235	-	1.478.632
Dois anos após o ano de subscrição	198.736	119.757	219.769	-	-	538.262
Três anos após o ano de subscrição	72.099	127.480	-	-	-	199.579
Quatro anos após o ano de subscrição	85.356	-	-	-	-	85.356
Total	843.184	538.753	554.322	1.384.141	735.679	4.056.079

Ano	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Pagamentos	767.320	437.489	409.587	979.486	586.702	3.180.584

Posição em 31/12/2023	875.495
Passivo em relação a anos anteriores a 2018	214.577
Expectativa de salvados/ressarcimento	(1.470)
Posição ajustada PSL	1.088.602

15. Provisões judiciais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as ações judiciais de natureza cível que tiveram origem em sinistros, nas quais a Companhia figura no polo passivo, estão provisionadas na rubrica de “sinistro a liquidar judicial”. A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	72	65
Movimentação	(19)	7
Total	53	72

A Companhia possui ação de natureza cível na qualidade de ré, sendo uma única ação com probabilidade de perda possível (uma única ação em 31 de dezembro de 2023), com valor em risco no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023).

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de junho 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$338.669 representado por 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e pela reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros, conforme critérios pré-estabelecidos pela Lei das S.A.

c) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio líquido	405.881	383.529
Ajustes contábeis	(45.955)	(49.538)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	28.172	23.479
Patrimônio líquido ajustado – PLA	388.098	357.470
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição	172.398	191.156
Capital adicional de risco operacional	18.760	16.296
Capital adicional de risco de crédito	150.574	96.322
Capital adicional de risco de mercado	13.864	26.617
Benefício da diversificação	(52.612)	(51.863)
Capital de risco - CR (b)	302.984	278.528
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	302.984	278.528
Patrimônio líquido ajustado	388.098	357.470
(-) Exigência de capital – EC	302.984	278.528
Suficiência de capital - R\$	85.114	78.942
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	128,1%	128,3%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia. As condições gerais de outorga foram as mesmas em relação ao primeiro plano de opção de compra de ações que se encontram divulgadas acima.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

As 25.538.209 opções vigentes representam uma diluição de até 8,1% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2024, no montante de R\$ 5.702 (R\$ 5.368 em 30 de junho de 2023).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

	Ativo	
	30/06/2024	31/12/2023
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	58.579	55.265
Total	58.579	55.265

	Passivo	
	30/06/2024	31/12/2023
Austral Participações S.A. - Controladora (b)	-	14.861
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	32.186	25.539
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)	69	64
Total	32.255	40.464

	Receitas	
	30/06/2024	30/06/2023
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	29.931	27.349
Total	29.931	27.349

	Despesas	
	30/06/2024	30/06/2023
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	(11.080)	(9.755)
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)	(431)	(331)
Administradores - Outros (d)	(2.333)	(3.143)
Total	(13.844)	(13.229)

(a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros.;

(b) Valor referente a JCP a pagar para a Austral Participações S.A.;

(c) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Companhia.;

(d) Valor referente ao *Stock Options*, remunerações pagas e a pagar aos administradores (diretoria estatutária).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, estão reconciliados, como segue:

	<u>IRPJ</u> <u>30/06/2024</u>	<u>CSLL</u> <u>30/06/2024</u>	<u>IRPJ</u> <u>30/06/2023</u>	<u>CSLL</u> <u>30/06/2023</u>
Resultado antes dos impostos e após participações sobre o lucro (*)	46.177	46.177	25.794	25.794
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Impostos à alíquota nominal	(11.544)	(6.927)	(6.449)	(3.869)
Adições e exclusões temporárias:				
Variação cambial	20.145	20.145	1.095	1.095
Ajuste a valor de mercado	(37.931)	(37.931)	18.296	18.296
Participação nos lucros	(6.176)	(6.176)	(7.181)	(7.181)
Outras	991	991	6.365	6.365
Total	(22.971)	(22.971)	18.575	18.575
Adições e exclusões definitivas:				
Despesas indedutíveis	113	113	88	88
IRPJ e CSLL correntes	(4.036)	(2.449)	(7.746)	(4.668)
IRPJ e CSLL diferidos	(7.488)	(4.492)	1.273	764
Total Despesa IRPJ e CSLL	(11.524)	(6.941)	(6.473)	(3.904)
Alíquota efetiva	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%

(*) No Resultado antes dos impostos está contemplado o montante referente as receitas com participações sobre o lucro que em 30 de junho de 2024 é de R\$ 143 (R\$ 0 em 30 de junho de 2023).

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos semestres aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado líquido do semestre	27.712	15.417
Média ponderada das ações	313.598	313.598
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,0884	0,0492

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 são:

Grupos de atuação	Prêmios Ganhos		Índice de Sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Patrimonial	309.741	229.767	434,4	81,0	2,5	2,3
Riscos Especiais	69	274	7.873,4	(133,8)	6,5	9,3
Responsabilidades	66.923	68.863	63,4	34,4	1,1	0,4
Automóvel	194.571	349.387	101,1	98,4	-	0,1
Transportes	112.599	72.601	82,8	153,6	1,7	2,6
Riscos Financeiros	27.953	27.572	(106,9)	353,5	1,0	0,9
Pessoas Coletivo	45.560	15.758	80,2	100,6	4,6	5,0
Habitacional	7.584	5.992	512,4	48,8	4,0	3,9
Rural	3.871	3.973	310,0	(33,3)	2,5	1,5
Outros	158	(120)	404,9	511,4	1,5	(1,3)
Pessoas Individual	17.951	12.389	55,0	40,1	0,5	0,7
Marítimos	6.737	11.912	260,3	99,6	7,3	4,8
Aeronáuticos	52.913	54.907	89,8	100,4	8,6	7,2
Petróleo	20.134	16.500	40,6	14,1	4,2	4,6
Saúde	-	1.801	(115.754,8)	38,7	-	1,8
Aceitações do Exterior	181.395	112.844	90,3	64,9	5,5	5,6
Total	1.048.159	984.420	189,7	94,2	2,5	2,1

Ramos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida % (a)	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Patrimonial	75.998	58.760	65,7	84,6
Riscos especiais	(259)	225	(1.216,8)	(24,0)
Responsabilidades	12.985	8.873	23,4	97,1
Automóvel	191.628	348.496	98,4	98,0
Transportes	17.084	14.108	91,3	53,2
Riscos financeiros	5.614	4.039	36,7	19,6
Pessoas coletivo	30.010	10.170	78,5	101,4
Habitacional	5.133	4.287	510,5	50,0
Rural	2.652	1.585	190,2	176,4
Outros	158	(123)	410,0	869,6
Pessoas individual	11.095	9.427	61,1	49,3
Marítimos	3.893	3.972	248,9	114,2
Aeronáuticos	23.302	20.400	64,4	52,0
Petróleo	6.845	6.073	31,6	29,5
Saúde	-	1.801	(89.244,8)	43,1
Aceitações do exterior	128.195	82.015	84,9	71,1
Total de prêmios ganhos	514.333	574.108	89,5	87,6

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- (a) Índice de Sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)) / prêmio ganho.
(b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

A composição de prêmios de resseguros e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

Ramos	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Patrimonial	372.963	291.626	(281.892)	(223.211)	91.071	68.415	24,4	23,5	75,6	76,5
Riscos especiais	70	72	(329)	(13)	(259)	59	(370,0)	81,9	470,0	18,1
Responsabilidades	76.472	81.953	(55.605)	(68.289)	20.867	13.664	27,3	16,7	72,7	83,3
Automóvel	194.536	354.978	(3.447)	(6.765)	191.089	348.213	98,2	98,1	1,8	1,9
Transportes	169.754	103.031	(149.628)	(86.293)	20.126	16.738	11,9	16,3	88,1	83,7
Riscos financeiros	45.209	40.166	(37.424)	(33.630)	7.785	6.536	17,2	16,3	82,8	83,7
Pessoas coletivo	40.650	13.949	(13.106)	(4.722)	27.544	9.227	67,8	66,2	32,2	33,8
Habitacional	8.595	7.656	(2.906)	(2.073)	5.689	5.583	66,2	72,9	33,8	27,1
Rural	4.206	8.125	(1.232)	(4.088)	2.974	4.037	70,7	49,7	29,3	50,3
Outros	67	(179)	-	-	67	(179)	100,0	100,0	-	-
Pessoas individual	13.210	10.461	(5.758)	(2.238)	7.452	8.223	56,4	78,6	43,6	21,4
Marítimo	7.531	12.702	(3.739)	(8.129)	3.792	4.573	50,4	36,0	49,6	64,0
Aeronáuticos	56.789	40.954	(36.354)	(31.537)	20.435	9.417	36,0	23,0	64,0	77,0
Petróleo	25.478	13.426	(19.112)	(9.823)	6.366	3.603	25,0	26,8	75,0	73,2
Saúde	-	1.795	-	-	-	1.795	-	100,0	100,0	-
Aceitações do exterior	196.471	121.107	(75.238)	(38.726)	121.233	82.381	61,7	68,0	38,3	32,0
Total	1.212.001	1.101.822	(685.770)	(519.537)	526.231	582.285	43,4	52,9	56,6	47,1

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	30/06/2024	30/06/2023
Resseguradora local	7.288	6.480
Resseguradora admitida	331.490	316.221
Resseguradora eventual	346.992	196.836
Total	685.770	519.537

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

	30/06/2024	30/06/2023
Seguradora	1.199.026	1.087.689
Resseguradora local	(82)	363
Resseguradora admitida	2.133	(32)
Resseguradora eventual	10.924	13.802
Total	1.212.001	1.101.822

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios de resseguro	30/06/2024	30/06/2023
Prêmio de resseguros	1.124.056	1.090.654
Prêmio de risco vigente não emitido	74.970	(2.964)
Retrocessões aceitas	12.975	14.132
Variações das provisões técnicas	(163.842)	(117.402)
Total	1.048.159	984.420

b) Sinistros ocorridos	30/06/2024	30/06/2023
Indenizações avisadas	(1.275.552)	(841.276)
Despesa com sinistro	(623)	(595)
Salvados e ressarcimentos	72.255	1.414
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(784.362)	(86.566)
Redução ao valor recuperável – salvados e ressarcimentos	-	(303)
Total	(1.988.282)	(927.326)

c) Custos de aquisição	30/06/2024	30/06/2023
Comissões	(29.940)	(21.531)
Variações de despesas de comercialização diferidas	802	720
Total	(29.138)	(20.811)

d) Outras receitas e despesas operacionais	30/06/2024	30/06/2023
Outras receitas de resseguro	10	129
Tarifa bancária	(36)	(6)
Despesas de administração de contratos	(10.787)	(764)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(13.081)	(6.108)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(868)	(60)
Redução ao valor recuperável - prêmios	(2.159)	(5.808)
Redução ao valor recuperável - corretagem	137	159
Outras despesas de resseguro	(802)	(41)
Total	(27.586)	(12.499)

e) Resultado com retrocessão	30/06/2024	30/06/2023
Sinistros ocorridos e não avisados	685.278	63.311
Despesa com sinistro	169	50
Recuperação de indenização	914.195	360.765
Salvados e ressarcimentos	(70.795)	64
Prêmio de retrocessão cedido	(685.770)	(519.537)
Receita com participação nos lucros	2.079	3.026
Variações de prêmio retrocessão cedido	151.944	109.225
Redução ao valor recuperável - sinistro	(725)	(356)
Redução ao valor recuperável - prêmio cedido	1.215	5.975
Outras despesas	1.804	1.562
Total	999.394	24.085

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
f) Despesas administrativas		
Pessoal próprio e encargos sociais	(11.873)	(11.816)
Incentivo baseado em ações	(79)	(457)
Localização e funcionamento	(1.691)	(1.938)
Serviços de terceiros	(3.281)	(15.429)
Depreciação e amortização	(2.357)	(1.786)
Publicidade e propaganda	(292)	(205)
Donativos e contribuições	(70)	(55)
Outras despesas	(148)	(527)
Total	(19.791)	(32.213)
g) Despesas com tributos		
Despesas com COFINS	(10.918)	(9.977)
Despesas com PIS	(2.133)	(1.896)
Taxa de fiscalização	(1.434)	(1.241)
Outras despesas	(3.544)	(2.845)
Total	(18.029)	(15.959)
h) Resultado financeiro		
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	44.572	20.087
Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	64.148	50.359
Operações de resseguros	114.193	91.299
Valorização cambial do disponível	3.337	1.558
Ajuste derivativos - futuro	17.711	7.706
Outras receitas	644	346
Total das receitas	244.605	171.355
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(1.974)	(244)
Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(6.479)	(39.245)
Operações de resseguros	(133.795)	(88.222)
Desvalorização cambial do disponível	(1.627)	(10.458)
Ajuste derivativos - Futuro	(17.896)	(5.877)
Outras despesas	(1.527)	(1.212)
Total Despesas	(163.298)	(145.258)
Total	81.307	26.097

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

23. Responsáveis

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Michel Cukierman

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Rodolfo Arashiro Rodriguez
André Machado Caldeira

Contadora

Ana Carolina Gonçalves Schaefer
CRC RJ -113.827/O-0

Atuária

Brenda Fucci Cantisano
MIBA nº 2904